

## Justiça, direito e emancipação

*Força de lei – o “fundamento místico da autoridade”.*

DERRIDA, Jacques.  
Tradução: Leyla Perrone-Moisés.

São Paulo: Martins Fontes, 2007. 146 p.  
(Coleção Tópicos).

Quando, em 1989, Jacques Derrida proferiu a conferência “Força de lei – o ‘fundamento místico da autoridade’”, o fez num colóquio nos Estados Unidos organizado pela cientista política e advogada feminista Drucilla Cornell na Cardoso Law School. O tema do encontro era “A desconstrução e a possibilidade de justiça”. Chegava ao final uma década durante a qual os *Critical Legal Studies* haviam florescido nos Estados Unidos. O objetivo do grupo de pensadores assim denominados era demonstrar que a lei sustenta os interesses de determinados grupos sociais, formando um conjunto de preconceitos e injustiças. A idéia básica dos CLS é de que a lei é política, não neutra nem destituída de valores.

As possíveis contribuições do pensamento da desconstrução para os CLS estavam em debate no colóquio do qual participavam juristas, filósofos e teóricos de literatura. O tom da conferência de Derrida é de defesa – ele está rebatendo velada ou explicitamente as críticas à desconstrução como um pensamento incapaz de dar conta das exigências do direito e da justiça, na medida em que problematiza as possibilidades do direito e afirma a impossibilidade da justiça.

A essa apresentação seguiu-se, um ano depois, outra conferência, também realizada nos Estados Unidos, que tinha como prólogo o texto “Prenome de Benjamin”. A reunião dessas duas apresentações deu origem à publicação de *Força de lei – o “fundamento místico da*

*autoridade*”, um dos livros mais importantes de Derrida, que chega ao Brasil num momento em que a grande maioria das obras do filósofo está esgotada nas livrarias.

No primeiro texto, “Do direito à justiça”, Derrida faz uma longa e bem argumentada defesa da idéia de que direito e justiça são conceitos distintos e, na maioria das vezes, excludentes. Para ele, a aplicação da lei não se dá sem que haja a força. A lei exigiria sempre uma força (*enforced*) para sua aplicação, o que inscreveria na ordem do cálculo o direito, a moral e a política. Derrida trabalha numa linha de tensão. Ao mesmo tempo em que propõe escapar da ordem do cálculo, reconhece a necessidade de aceitá-lo, como se verá no trecho a seguir:

Não apenas é preciso calcular, negociar a relação entre o calculável e o incalculável, e negociar sem regra que não esteja por reinventar ali onde estamos “jogados”, ali onde nos encontramos; mas é preciso fazê-lo também tão longe quanto possível, para além do lugar onde nos encontramos e para além das zonas já identificáveis da moral, da política ou do direito, para além da distinção entre o nacional e o internacional, o público e o privado (p. 56).

Ou seja, de um lado o direito depende do cálculo. De outro lado, a justiça estaria no âmbito do incalculável, num deslocamento em relação a esse cálculo inexorável. Essa justiça que só se daria como uma experiência do impossível, do incalculável, do *indecidível*, remete a aplicação da lei para um terreno movediço. É o que ele afirma quando diz que

a fundação ou o fundamento, a instauração da lei não podem, por definição, apoiar-se finalmente senão sobre elas mesmas, elas mesmas são uma violência sem fundamento. O que não quer dizer que sejam injustas em si, no sentido de “ilegais” ou “ilegítimas”. Elas não são nem legais nem ilegais em seu momento fundador (p. 26).

Derrida aqui leva o leitor para uma oscilação permanente, sem nunca o conforto de uma base sólida, indicativo de suas pretensões ao cunhar

a expressão *indecidível*. Extraída de uma proposição matemática na qual se constatou que afirmações podem ser *nem falsas nem verdadeiras*, Derrida fez do *indecidível* uma das marcas do seu pensamento. *Indecidível* seria o que opera abrindo – ou reconhecendo – espaço entre o “nem isto, nem aquilo”.

O indecidível não é somente a oscilação ou a tensão entre duas decisões. Indecidível é a experiência daquilo que, estrangeiro, heterogêneo à ordem do calculável e da regra, deve no entanto – é de dever que é preciso falar – entregar-se à decisão impossível, tendo embora em conta o direito e a regra (p. 46).

O direito na ordem do cálculo e a justiça como o impossível incomodam os grupos identitários de reivindicação de direitos, surgidos nos Estados Unidos justamente dentro dessa perspectiva de contestação de um direito universal que possa dar conta de especificidades. Num cenário de explosão de defesas de direito – das mulheres, dos negros, dos homossexuais, dos animais, do meio ambiente, do embrião –, que aparecem na sociedade como reivindicações justas de movimentos de emancipação das minorias até agora prejudicadas por práticas jurídicas universalizantes, porém incapazes de dar conta das especificidades desses grupos, Derrida vê com reservas as reivindicações identitárias de direitos. Suas proposições apontam no sentido de compreender a desconstrução como o pensamento da singularidade.

“A desconstrução surge de um amor pela singularidade, de um respeito infinito pela singularidade”, escreve John Caputo.<sup>1</sup> A afirmação dessa singularidade seria ao mesmo tempo a única possibilidade de justiça e o imenso abismo de incompatibilidade da justiça com o direito: “É preciso também saber que essa justiça se endereça sempre a singularidades, à singularidade do outro, apesar ou mesmo em razão de sua pretensão à universalidade” (p. 37).

Os limites das reivindicações de direitos estariam: 1) na violência da afirmação de direitos, só possíveis com a força da lei; 2) na violência da fixação de identidades que se sobreporiam à singularidade. São inúmeras as ocasiões em que Derrida expressa desconfiança da reivindicação identitária. Apesar das ressalvas, ele não hesita em apoiar as causas que se formam em coligações temporárias: “Posso então aceitar uma aliança momentânea, prudente, ao mesmo tempo apontando seus limites – tornando-os tão explícitos e inteligíveis quanto possível”.<sup>2</sup> A que

limite ele se refere? Aos limites de operação do *indecidível*.

Leal ao “nem isto, nem aquilo”, Derrida *nem* quer renunciar ao direito de emancipação, *nem* quer aderir a ele sem reservas, sem reconhecer que em toda reivindicação de direitos há uma violência instauradora, que recorre à força de funcionamento do aparelho judiciário, sem que daí se faça justiça como “conseqüência natural” do direito. Para ele, o justo transcende o jurídico. Quando Derrida afirma que não há justiça no direito, parece aliar-se aos CLSs. Mas logo se desloca para questionar as reivindicações identitárias que viriam a corrigir as distorções da lei. Derrida vai apontar os limites da perspectiva do direito e deste plural – as mulheres, os homossexuais, os negros – que se sobrepõe ao singular e esconde, ao falar em nome de grupos ou de categorias, a impossibilidade de fazer justiça a cada um, a cada outro, a cada alteridade. Distancia-se, assim, dos clamores por emancipação e por mais direitos, sem desqualificar o “ideal emancipador”:

Nada me parece menos perempto do que o clássico ideal emancipador. Não se pode tentar desqualificá-lo hoje, de modo grosseiro ou simplificado, sem pelo menos alguma leviandade e sem estabelecer as piores cumplicidades. É verdade também que é necessário, sem renunciar a esse ideal, pelo contrário, reelaborar o conceito de emancipação, de franqueamento ou de libertação, levando em conta as estranhas estruturas que descrevemos neste momento (p. 57).

Para o movimento feminista, a reelaboração do conceito de emancipação – motivador e originário – aliada ao amor à singularidade indicado por Caputo como marca do pensamento da desconstrução ainda é um imenso desafio. Compatibilizar o plural – as mulheres – com o singular de cada uma das mulheres, sem transformá-las num bloco homogêneo, é questão a ser aporeticamente problematizada, sem que se pretenda chegar a uma “solução”, mas sustentando a instabilidade da aporia como parte integrante da questão. De uma possível “aliança entre desconstrução e feminismo” – nos termos propostos pela feminista Drucilla Cornell – sairia um abalo, um chão mais movediço, talvez menos sólido para as ativistas, mas talvez também menos violento na sua permanente necessidade de instituir, inevitavelmente pela força, o direito das mulheres como categoria unívoca.

*Força de lei – o “fundamento místico da autoridade”* foi publicado a primeira vez em 1990, em inglês, na revista da *Cardoso Law School*, e reproduzido no livro *Deconstruction and the Possibility of Justice*, organizado por Drucilla Cornell, Michel Rosenfeld e David Gray Carlson. O sumário e as primeiras páginas dessa edição estão disponíveis no Google Books.<sup>3</sup> Em 2003, foi editado em Portugal pela Campo de Letras, com tradução da filósofa Fernanda Bernardo. Assim como a edição portuguesa, a brasileira é traduzida a partir da versão francesa do texto, editado em 1994 pela Galilée sob o título *Force de loi*, e está sendo lançada com tradução de Leyla Perrone-Moisés na coleção Tópicos, da editora Martins Fontes, aquela da capa vermelha em que estão publicados grandes textos de pensadores como Michel Foucault, Merleau-Ponty, Jürgen Habermas e Gianni Vattimo, para citar alguns exemplos. Se a publicação de *Força de lei* entre esses cânones também servir como

reconhecimento do pensamento de Derrida no rol dos grandes filósofos, melhor.

#### Notas

<sup>1</sup> CAPUTO, 2002, p. 31.

<sup>2</sup> Jacques DERRIDA e Elisabeth ROUDINESCO, 2004, p. 35.

<sup>3</sup> <http://www.google.com/books?vid=ISBN0415903041>

#### Referências bibliográficas

CAPUTO, John D. “Por amor às coisas mesmas: o hiper-realismo de Derrida”. In: DUQUE-ESTRADA, Paulo Cesar. *Às margens: a propósito de Jacques Derrida*. Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio; São Paulo: Loyola, 2002, p. 29-48.

DERRIDA, Jacques; ROUDINESCO, Elisabeth. *De que amanhã...* Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2004.

Carla Rodrigues ■

Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro

## Mulheres públicas, políticas de mulheres

### *Mulheres em ação: práticas discursivas, práticas políticas.*

SWAIN, Tania Navarro; MUNIZ, Diva do Couto Gontijo (Orgs.).

Florianópolis: Ed. Mulheres; Belo Horizonte: Ed. da PUC Minas, 2005. 360 p.

Tania Navarro Swain e Diva do Couto Gontijo Muniz organizam a obra *Mulheres em ação: práticas discursivas, práticas políticas*. Professoras do Programa de Pós-Graduação da Universidade de Brasília, as historiadoras estão à frente desse trabalho interdisciplinar, composto por 13 textos de pesquisadoras de áreas diversas, em sua maioria historiadoras, que concentram seus trabalhos nas temáticas de gênero e estudos feministas.

Permeada por temas variados, a obra aborda como as diferenças culturais entre homens e mulheres impõem lugares e práticas diversas para os gêneros, determinando e

modelando os sujeitos de acordo com o seu gênero.<sup>1</sup> Pela forma de abordagem, a obra encontra-se dentro dos estudos da História Cultural.

Contraopondo-se às normas, costumes e práticas sociais impostas, os movimentos feministas do século XX repercutem os anseios de mulheres confinadas no espaço privado, também entendido no trabalho como uma construção discursiva; seguem para o espaço público e transformam o social, lutando em face de aparelhos reguladores como a legislação, a escola, a escrita literária, as revistas femininas, entre outros.<sup>2</sup> As autoras de *Mulheres em ação* contam, a partir de uma perspectiva de gênero, a história de mulheres relegadas à invisibilidade, suas práticas e suas demandas.<sup>3</sup>

A socióloga Almira Rodrigues, em “Lugar de mulher é na política: um desafio para o século XXI”, trata de questões relacionadas às práticas políticas de mulheres. Considera que “todas as relações sociais são relações de poder, e as relações interpessoais são também relações sociais” (p. 16), entendidas como campos políticos, pois reguladas pela legislação e políticas públicas.<sup>4</sup> Ao afirmar que o sexo é político, pois contém também relações de poder,

o feminismo rompe com os modelos políticos tradicionais, que atribuem uma neutralidade ao espaço individual e que definem como política unicamente a esfera pública, 'objetiva'. Dessa forma, o discurso feminista, ao apontar para o caráter também subjetivo da opressão, e para os aspectos emocionais da consciência, revela os laços existentes entre as relações interpessoais e a organização política pública (Branca Moreira ALVES e Jaqueline PITANGUY, 1991, p. 8).

Assim, Almira Rodrigues analisa a participação infima das mulheres na política brasileira e mundial e argumenta a necessidade de implantação de ações afirmativas para mudanças nesse cenário político. Analisa a incorporação das reivindicações dos movimentos feministas por partidos políticos e políticas públicas, acreditando na possibilidade real de mudança com as mulheres no poder, contribuindo para a construção de uma igualdade entre os gêneros e "para rupturas com visões fundamentalistas, sexistas, racistas, preconceituosas e discriminatórias" (p. 33). Apesar da importância da discussão trazida por Rodrigues, ela não apresenta com clareza as fontes utilizadas em sua pesquisa.

A maternidade como essência do feminino é debatida por Cristina Maria Teixeira Stevens em "Maternidade e literatura: desconstruindo mitos". A autora analisa o discurso presente em obras, principalmente da literatura inglesa, algumas delas dialogando com o discurso da psicanálise, que consideram a maternidade como local de poder e opressão. Longe de ser um tema pacífico, até nos movimentos feministas, a maternidade é pensada não como um acontecimento biológico, mas como uma construção social, a partir das obras analisadas pela autora.

A problemática do corpo também está presente, com o texto "O campo da saúde coletiva à luz das relações de gênero: um diálogo difícil e conflituoso". A partir de recortes de gênero, Eleonora Menicucci de Oliveira e Wilza Vilela, dialogando com teóricos como Michel Foucault e Félix Guattari, tratam de desconstruir o binômio corpo feminino/corpo doente, em que o corpo feminino é desqualificado, pois o patológico – o que não é normal – é aquele que precisa ser regulado, medicalizado, controlado. A categoria "gênero" é útil para a análise dos processos de adoecimento, que se apresenta de forma diferente para homens e mulheres. O crescente número de mulheres vítimas de enfermidades mentais, de lesões por esforços repetitivos (LER), AIDS, entre outras, aponta uma maior exposição a fatores de risco e

vulnerabilidade, o que demonstra a presença de discriminações de gênero no interior do discurso médico e das práticas de saúde.

As escolas como locais que reforçam as desigualdades de gênero é o tema apresentado nos textos de Diva do Couto Gontijo Muniz e Marie Jane Carvalho. "Mulheres, trabalho e educação: marcas de uma prática política", texto de Diva Muniz, mostra, a partir de uma pesquisa histórica realizada com professoras de Minas Gerais dos séculos XIX e XX, como o alcance das mulheres tanto aos bancos escolares como ao exercício do magistério foi marcado por questões de gênero. A autora percebe como os corpos das professoras foram moldados por redes de poder, presentes nos discursos, práticas e códigos das instituições escolares. Mostra também como as professoras mineiras apresentaram resistência aos processos de construção de subjetividades.

Heloísa Buarque de Hollanda, Margareth Rago e Maria Bernadete Ramos Flores reescrevem a história de escritoras brasileiras excluídas pela historiografia. "O ethos Rachel" aponta a pouca importância dada à obra da romancista Rachel de Queiroz. Considerada um fenômeno literário dos anos 30 e 40, Rachel de Queiroz aborda questões como o matriarcado presente no Nordeste brasileiro, família, personagens femininos radicais, etc. Mesmo tendo assumido uma postura anti-feminista, compatível com o engajamento ao Partido Comunista na década de 1930, Rachel assume posturas favoráveis ao movimento.

Margareth Rago percebe a importância da escrita literária de mulheres do período 1900–1932, principalmente por trazerem a público questões anteriormente consideradas do campo privado, como sexualidade, amor, prazer, casamento, prostituição, etc.

As escritoras brasileiras Elisa Teixeira de Abreu, Carmem Dolores e Lola de Oliveira trazem à baila questões que fizeram parte da formação da subjetividade feminina moderna. Elas se aproximam por questionar a passividade e a submissão feminina, exaltando mulheres independentes e determinadas. Dentre outras questões, as autoras estudadas afirmam que o casamento por amor traduz uma visão conservadora, que não se alinha com os "tempos modernos", regidos principalmente pelo interesse econômico. Na crítica à modernidade, nos textos estudados por Margareth Rago, seus escritos se contrapõem ao controle da vida pública pelos homens, apontando como saída a sobreposição dos valores femininos sobre os masculinos.

A escritora modernista Aldazira Bittencourt é a personagem trazida pela historiadora Maria

Bernadete Ramos Flores. Com o texto "Ao Brasil dos meus sonhos: feminismo e modernismo na utopia de Aldazira Bittencourt", a historiadora apresenta o romance utópico da autora *Sua Excia: a presidente da República no ano de 2500*, que retrata o Brasil no ano de 2500, presidido por uma mulher. O imaginário social das décadas de 1920 e 1930 é representado no romance que, apesar da visibilidade do feminismo, é marcado por práticas eugênicas, racistas e pela necessidade de criação de uma identidade nacional. O saneamento, a higiene e a eugenia eram fatores relevantes para a construção de um país rumo ao progresso. Aldazira Bittencourt, como feminista da primeira onda do movimento no Brasil (décadas de 1920 e 1930), centra seus discursos na necessidade de educação para as mulheres. Aduz que a igualdade pretendida pelas mulheres somente seria possível através da maternidade, considerada para a escritora como "a grande responsabilidade das mulheres perante a nação". A maternidade como campo discursivo é imposta ao corpo feminino pelo determinismo biológico. Para Aldazira, a sociedade perfeita seria aquela em que "as mulheres uniriam o seu papel tradicional a uma carreira profissional" (p. 238).

Joelma Rodrigues aborda a temática da santidade feminina diante da questão da violência sexual. Rodrigues percebe, a partir da biografia da santa italiana Maria Goretti, a construção de enunciados já cristalizados no imaginário social. Atributos como a santidade e a virtude ligadas ao pai/masculino, a honestidade e a submissão ligada ao feminino/mãe, e os ideais de virgindade, pobreza cristã, religiosidade, beleza, honradez e pureza estão presentes na santa que morreu vítima de violência sexual. O estupro não é apontado como problema, mas sim o comportamento da mulher diante da violência é que está em discussão. A autora apresenta modelos de santidade feminina, marcados pela manutenção da virgindade e da honra a qualquer custo, que se purificam pela morte.

Lourdes Bandeira e Fernanda Bittencourt discutem a incorporação de políticas públicas que visem a incorporar as temáticas de gênero. Apontam as desigualdades de gênero como profundamente institucionalizadas. A necessidade de alterações nas legislações dos países para a melhoria nas condições de vida das mulheres no mundo está presente desde a primeira Conferência Mundial de Mulheres, realizada no México no ano de 1975. A partir de então, vários países comprometeram-se em incorporar medidas que visem à igualdade entre os gêneros em suas legislações, o que foi reiterado na

Conferência Mundial realizada em Beijing, nos anos de 1995 e 2000. A relação entre o gênero e a pobreza aponta as mulheres em total desvantagem, e as mulheres negras em ainda pior situação.

As autoras afirmam a necessidade da criação de políticas públicas para a retirada das mulheres dessa situação de inferioridade, apresentando o caso brasileiro, as desigualdades percebidas na vulnerabilidade à violência, menor taxa de escolaridade, perdas de cobertura previdenciária, infima participação feminina na vida pública, precário atendimento na rede pública de saúde, destacando o aborto como principal causa de mortalidade materna, entre outros fatores. Como medida política para atender à transversalidade de gênero no Brasil, Bandeira e Bittencourt apresentam o Plano Plurianual proposto por organizações sociais para o governo Lula – 2004/2007.

O corpo feminino como *locus* de violência sexual e simbólica é o tema de Rachel Soihet. A partir de processos judiciais, jornais e escritos literários do início do século XX, a autora observa a violência sofrida por mulheres das classes populares e suas formas de resistência. Mostra a resistência não somente de forma isolada, mas também através dos movimentos feministas, em busca de direitos iguais, inclusive sexuais. Apresenta a ridicularização de que foram vítimas as feministas da primeira e da segunda onda do movimento no país, consideradas feias, masculinizadas e amorais. O feminismo procurou desconstruir imagens reificadas na imprensa, entendendo esta como local de permanências e resistências, em busca da cidadania plena para as mulheres.

Na mesma esteira, Tania Navarro Swain mostra o feminismo como condutor da desconstrução de um sujeito universal masculino, apontando para a necessidade de afastarmos as determinantes biológicas, essencializadas, que atribuem ao feminino a inferioridade. Apresenta as ações afirmativas como necessárias para a incorporação de uma igualdade de gênero.

O título da obra sugere práticas políticas de mulheres que resistiram a modelos preconcebidos; entretanto, alguns dos textos, mesmo que tratando de discussões dentro de uma perspectiva de gênero ou da história das mulheres, não se enquadram nessa temática.

Ademais, muitos dos textos que compõem o livro não são inéditos, já tendo sido publicados em outros periódicos; no entanto, em conjunto e correlacionados, resultam nessa obra de suma importância, que permite dar visibilidade às

mulheres que, sozinhas ou mobilizadas, construíram novos paradigmas para relações sociais.

#### Notas

<sup>1</sup> O gênero como categoria de análise é pensando por Joan Scott como forma primeira de significar as relações de poder. Para a autora, o gênero é pensado no sentido de teorizar a questão da diferença entre os sexos, considerado como um elemento constitutivo das relações sociais, que possibilita perceber essas diferenças (SCOTT, 1992, p. 71).

<sup>2</sup> Obras como *Uma história do feminismo no Brasil* (Céli Regina PINTO, 2003) e *Breve história do feminismo no Brasil* (Maria Amélia TELES, 1999) refazem o caminho do feminismo brasileiro. A pesquisa intitulada *Movimento de mulheres e feminismos em tempos de ditadura militar no Cone Sul (1964-1989)*, coordenada por Joana Maria Pedro e integrada pelas professoras Cristina Scheibe Wolff, Roselane Neckel e Marcos Fábio Freire Montysuma, pretende investigar a maneira como os vários feminismos e movimentos de mulheres se constituíram no Cone Sul, no período de 1964 a 1989, observando a forma como as pessoas narram identificação com o feminismo, a maneira como se organizaram e atuaram, comparando com o que ocorreu no Brasil.

<sup>3</sup> Obras como *História das mulheres no Brasil* (Mary DEL PRIORE, 2001) e periódicos como *Revista Estudos Feministas* e *Cadernos Pagu* publicados no país preencheram o vazio diante da invisibilidade feminina na história.

#### Referências bibliográficas

- ALVES, Branca Moreira; PITANGUY, Jaqueline. *O que é feminismo*. 8. ed. São Paulo: Brasiliense, 1991.
- DEL PRIORE, Mary (Org.). *História das mulheres no Brasil*. 5. ed. São Paulo: Contexto, 2001.
- PINTO, Céli Regina Jardim. *Uma história do feminismo no Brasil*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003.
- SCOTT, Joan. "História das mulheres". In: BURKE, Peter. *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: Ed. da UNESP, 1992. p. 63-95.
- TELES, Maria Amélia de Almeida. *Breve história do feminismo no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1999.

Claudia Regina Nichnig ■  
Universidade Federal de Santa Catarina

## Encontro *Fazendo Gênero* publica estudos sobre feminismo e gênero

### *Genealogias do silêncio: feminismo e gênero.*

RIAL, Carmen Silvia Moraes; TONELI, Maria Juracy Filgueiras (Orgs.).

Florianópolis: Ed. Mulheres, 2004. 198 p.

Em 1994 começou-se a organizar, pela Universidade Federal de Santa Catarina, um evento bienal denominado *Fazendo Gênero*, onde pesquisadoras e pesquisadores brasileiros e estrangeiros que trabalham no campo dos estudos de gênero e dos estudos feministas vêm se encontrar para apresentações de suas pesquisas e debates em diferentes âmbitos. De lá para cá esses encontros têm gerado várias publicações com coletâneas de vários trabalhos

apresentados pelos seus participantes. O exemplar que tenho em minhas mãos é o volume que reúne alguns dos artigos apresentados nos encontros *Fazendo Gênero* de 2000 e 2002.<sup>1</sup>

Conforme comentam as organizadoras do volume, os estudos de gênero e feministas estão amplamente consolidados no Brasil, especialmente na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), que tem um interesse particular nessa área de estudos no país, contando com mais de 30 professoras doutoras que se dedicam a pesquisas no setor. Desde 1999 é na UFSC que um grupo de professoras se dedica à edição da *Revista Estudos Feministas*, publicação altamente conceituada tanto no Brasil como também no exterior. Todas essas referências nos asseguram que a criação deste volume vem de acadêmicas de altíssima qualidade.

O tema do encontro realizado no ano 2000 girou em torno de "Cultura, política e sexualidade no século XXI", o que ampliou o alcance do projeto, tendo como objetivo a realização de um

balanço do século XX na área de estudos de gênero e feministas assim como debate sobre as perspectivas para o século XXI (p. 9). Além das participantes nacionais, renomadas pesquisadoras da Europa, Estados Unidos e América Latina participaram do evento.

O livro é aberto com o trabalho apresentado pela mais respeitada antropóloga francesa contemporânea, Françoise Héritier, substituta de Lévi-Strauss na direção do importante Laboratório de Antropologia Social do Centre National de la Recherche Scientifique assim como a primeira e única mulher antropóloga a ser admitida no Collège de France. Seguindo um marco teórico estruturalista preferido por ela durante décadas, Héritier faz um balanço em termos históricos da condição universal da submissão da mulher e discute atentamente a revolução contraceptiva nos últimos 40 anos. A palestra que impressionou e lotou o auditório daquela noite – conforme é comentado na introdução – “apontou para uma drástica alteração destas relações de poder envolvendo os sexos” (p. 10).

A queda na taxa de crescimento populacional em diversos países – sejam eles desenvolvidos, sejam os considerados pobres – não é movida pelos mesmos motivos. Conectando-se ao tema tratado por Françoise Héritier, a historiadora Joana Maria Pedro prossegue apresentando seu estudo sobre as políticas de controle de natalidade em países da América Latina, Europa e Estados Unidos. Ela mostra que as dinâmicas que incentivaram o uso do anticoncepcional e a queda da natalidade em países considerados ricos são bastante distintas daquelas dos mais pobres. Passando do Brasil para o Uruguai, temos a seguir um texto em espanhol escrito pela historiadora Graciela Sapriza, que também aborda o tema do corpo e da sexualidade. Sapriza expõe que o debate sobre a sexualidade tomou maiores proporções na década de 1930, quando o governo aprovou leis permitindo o aborto. Na época, os setores católicos e conservadores se dedicaram a modificar a referida cláusula que durou apenas quatro anos. Ao longo do século XX outras leis foram criadas definindo a condição da mulher no país, o que revelou, nessa trajetória, choques e oposições existentes entre a Igreja e as feministas.

Com uma aproximação psicanalítica, Rafael Andrés Villari utiliza o romance de Marguerite Duras *Le ravissement de Lol V. Stein*, em que ele estuda as vozes femininas do texto e suas expressões de dor e sofrimento. A seguir,

Mara Coelho Lago, com base na teoria de psicanalistas de peso, aborda conceitos de identidade e sujeito, fazendo assim um diálogo entre a psicanálise e outras ciências humanas. Seguindo também passos psicanalíticos, Oscar Reymundo nos fala sobre “Novas famílias, novas implicações éticas” e ilustra sua apresentação com o caso específico de uma criança que enfrenta várias dificuldades ao se mudar para um novo meio social, nova escola, novos amigos, e com a mãe adotiva que mantém um relacionamento amoroso com outra mulher. Os próximos dois textos também tocam o tema das “novas famílias”: Miriam Pillar Grossi aborda o tema das famílias homossexuais e Luciana Hartmann faz uma incursão pelo mundo rural gaúcho estudando a narrativa oral das mulheres da região. Outra experiência rural nos é narrada por Alai Garcia Diniz através de um estudo realizado com um grupo de mulheres do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, revelando a inquestionável liderança existente nesse meio, assim como sugerindo o dilema do diálogo entre academia e militância.

Sandra Maria da Mata Azerêdo, inspirada em teorias da psicanálise, da antropologia e dos estudos culturais, faz um estudo sobre a violência nas delegacias de mulheres de Belo Horizonte, observando as diferenças entre violência e poder. A pesquisa etnográfica também é base para o artigo de Cláudia Voigt Espinola, que realiza um estudo sobre as mulheres muçulmanas de Florianópolis e o crescente uso do véu após o atentado de 11 de setembro, o que revela mais um símbolo de pertencimento do que de opressão.

Tânia Regina Oliveira Ramos vai desvendar dentro da literatura uma linha de personagens femininas que chamam a atenção para o que está acontecendo com a mulher neste século XXI. Ela trata do corpo e mais especificamente do corpo gordo, discutindo as forçadas transformações pedidas pela sociedade e o frequente drama do corpo gordo que sofre para alcançar estereótipos de estética sociais. A literatura também é o pano de fundo do trabalho de Rachel Soihet, que estuda as profissões exercidas pelas personagens de parte da obra de Júlia L. de Almeida, indicando mudanças e avanços na consciência de gênero.

A área da saúde é tocada por Rogerio Lopes Azize que, a partir de uma ótica antropológica, trata dos significados atribuídos ao uso do Viagra. Azize apresenta os discursos de usuários e de membros do campo biomédico e conclui que o uso do remédio “parece confirmar e re-configurar

uma 'masculinidade ansiosa'" (p. 180). O último texto, de autoria de Tania Navarro Swain, fecha a coletânea fazendo um elo de ligação com o que foi exposto por Françoise Héritier. Swain utiliza-se de teorias feministas distintas e indaga sobre o significado social da diferença sexual, do corpo e do sexo.

A obra é farta de artigos de qualidade, mostrando que o mundo acadêmico brasileiro, representado aqui por profissionais de alto gabarito, não fica nada atrás dos internacionais. Podemos aplaudir de pé o êxito da Universidade Federal de Santa Catarina com a organização

desses encontros para o debate dos estudos feministas e de gênero. Os frutos, muito bem colhidos, estão organizados aqui com esmero para a apreciação do público interessado.

#### Notas

<sup>1</sup> Esta resenha foi publicada primeiramente na revista *ellipsis* – Journal of the American Portuguese Studies Association (v. 4, 2006, p. 187-190) e está sendo republicada com a licença do editor e da autora.

Debora Cordeiro Rosa ■  
Florida State University

## 'Saias justas' de pesquisadoras em formação ensinam sobre o 'fazer etnográfico'

*Entre saias justas e jogos de cintura.*

BONETTI, Alinne; FLEISCHER, Soraya.

Florianópolis: Ed. Mulheres; Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2007. 370 p.

As autoras apresentam, tal qual anunciam no título e na introdução de sua coletânea, as 'saias justas' pelas quais jovens pesquisadoras antropólogas passaram em suas pesquisas de campo – para dissertações e teses – bem como os 'jogos de cintura', ou seja, as saídas criativas que empreenderam.

A proposta da coletânea é inovadora e pertinente, apesar de o questionamento sobre a dimensão subjetiva do 'fazer etnográfico' ser uma questão largamente problematizada na Antropologia.<sup>1</sup>

Parte da pertinência e da inovação deve-se à escolha das organizadoras no processo de realização do livro: apenas textos de pesquisadoras mulheres, e que estivessem no processo de formação acadêmica seriam aceitos na proposta. Dessa forma, o resultado foi uma compilação de 12 experiências de pesquisadoras em seus campos, entre o final da década de 1990 e início de 2000. Especificidades da ordem das relações de gênero e geracionais aparecem nos

artigos, através das 'saias justas' pelas quais as autoras passaram. Os 'jogos de cintura' utilizados também informam à/ao leitora/o que há uma demarcação de ações e escolhas, a partir do fato de as autoras serem mulheres e, muitas vezes, também jovens.

Outro elemento que constitui a pertinência desse livro está em ser um auxílio para quem vai realizar ou está realizando uma das etapas do processo etnográfico em seus trabalhos.<sup>2</sup> Sua leitura proporciona um diálogo com mulheres que pesquisam no Sul, Sudeste, Norte e Nordeste do Brasil, bem como na Argentina, África e Ásia, retirando um pouco do *status* de liminaridade e solidão que a pesquisa pode causar em cada uma/um de nós. Além disso, a leitura de outras experiências pode aproximar nossa própria experiência, trazendo a subjetividade mais uma vez à cena, para ser analisada tanto como parte importante e necessária da pesquisa, quanto do processo de aprendizagem do fazer científico. E não apenas na Antropologia, embora seja essa a proposta do livro, mas em qualquer campo disciplinar que se proponha a discutir tais questões. Revela-se, então, uma característica interdisciplinar da proposta, embora esta não seja revelada pelas organizadoras.

Outra característica singular do livro é a forma de sua escrita 'quase' literária. Já na Introdução, Alinne Bonetti e Soraya Fleicher apresentam o livro e sua proposta anunciando a intencionalidade de colocar em foco o que elas chamam de "um experimento etnográfico-literário". Referem-se abertamente à tessitura do



diário de campo, instrumento etnográfico por excelência. Entretanto, parecem lançar, implicitamente, a discussão para além: o desafio de escrever um texto acadêmico, nos moldes científicos, com uma pitada de 'literacidade'.

As autoras apresentam a proposta da obra a partir de um encontro de campo de uma jovem pesquisadora. Para realizar sua etnografia, a referida antropóloga necessita entrevistar seus pares, ou seja, outras antropólogas. Para tanto, marca um encontro com as autoras do livro para saber da proposta de unir gênero e geração em uma coletânea sobre experiências de campo. À medida que vão sendo entrevistadas, Alinne Bonetti e Soraya Fleischer contam sobre a idéia do livro, sua concepção e o resultado final. Ao final do capítulo, a/o leitora/or percebe-se lendo uma introdução peculiar, que une realidade e ficção, de maneira tal que envolve quem lê no desejo de continuidade, que prossegue nos capítulos seguintes. Trata-se de uma 'surpresa' que acopla o ato literário de contar uma história aos propósitos do fazer científico de argumentar e apresentar uma proposta de trabalho.

As autoras contam, nessa introdução, algo sobre os bastidores da realização do trabalho, porque a proposta central do livro é trazer os bastidores das pesquisas para a cena. Dessa forma, ficamos sabendo que a primeira idéia do livro surgiu na etapa de campo para as pesquisas de doutorado de ambas as organizadoras, na cidade de Recife/PE, enquanto compartilhavam, além do mesmo quarto, da realidade de campo e das dificuldades e alternativas aos problemas que apareciam.

Dentre os trabalhos apresentados no livro, encontramos, no primeiro capítulo, o texto de Carmen Susana Tornquist. A autora, professora de Antropologia na Universidade Estadual de Santa Catarina, em Florianópolis, conta algumas dificuldades de parte de seu campo de doutorado: a observação participante de um grupo local envolvido na militância pela humanização do parto. A autora vai assumindo no processo suas implicações subjetivas, à medida que se reconhece como parte desse *ethos* específico. Assim, o estranho é compreendido como, cada vez mais, familiar. No processo de escrita a autora também se encontra desfazendo algumas ilusões com respeito ao espaço militante, à medida que este se apresenta e é analisado também em suas lacunas. Ao ir de encontro às lacunas do movimento, e de si própria, a autora toma a subjetividade como uma bem-vinda companheira, que a auxilia na aprendizagem do ofício de antropóloga.

Os capítulos seguintes também têm a característica de trazerem a subjetividade de cada pesquisadora e suas implicações para o trabalho empreendido. Mônica Dias conta-nos que, em sua pesquisa com a escrava Anastácia, terminou por encontrar-se com o universo dos cultos afro-brasileiros, e que esse encontro não se apresentou sem tensões, porque a autora, com formação religiosa católica, se deparou com 'desmaios', nos momentos de idas aos terreiros, que a desconcertam sobremaneira. Seu relato de campo no qual se encontra com um caboclo, que se apresenta no corpo de um pai-de-santo, é revelador de dificuldades que, ao mesmo tempo que são suas, também se tornam, de alguma forma, de quem o lê, num convite a pensarmos sobre nossas próprias escolhas de campo.

O terceiro capítulo apresenta o trabalho de Larissa Pelúcio com travestis na cidade de São Paulo. A autora relata seus encontros com um campo com o qual não tinha intimidade até então, mostrando suas dificuldades e seus aprendizados progressivos. Da mesma forma, Nádia Elisa Meinerz relata seus primeiros contatos, em sua pesquisa de mestrado, com alguns espaços lésbicos da cidade de Porto Alegre. Ao pesquisar sobre sexualidade, em seu trabalho de campo era interpelada em jogos de sedução por outras mulheres – suas informantes – a 'assumir' sua 'orientação sexual'. Apesar de falar que tinha um namorado, pequenas cantadas continuavam a ocorrer. Ao prestar mais atenção a essas questões subjetivas, a autora aprende mais sobre seu universo de pesquisa e as relações entre etnografia e pesquisa em sexualidade.

Paula Sandrine Machado, no quinto capítulo do livro, comenta sobre o lugar de uma pesquisadora mulher que desenvolve pesquisa junto a homens. Além disso, Paula é uma jovem pesquisadora e opta por entrevistar homens com idade entre 20 e 30 anos, pensando sanar essa questão etária. Entretanto, na relação entre gênero e geração, o campo apresenta algumas 'saías justas' à autora, dentre as quais a dificuldade de falar sobre a temática da reprodução e da sexualidade com homens: Paula recebe negativas de realização de entrevistas, é interpelada por algumas namoradas ciumentas e, ao mesmo tempo, é 'cuidada' por outras mulheres mais velhas e pelo dono do bar no qual realiza observação.

Outra pesquisadora também se depara com questões de gênero. Fernanda Noronha muda sua questão de pesquisa ao trabalhar com o universo *hip hop* de seu próprio bairro. Primeiro

percebe-se estranha por demais nos bailes, até que encontra no grupo de *b.boys* que ensaiam suas danças no metrô de São Paulo a questão sobre a participação das mulheres. "Onde estão as *b.girls*?" é, portanto, a pergunta que a autora realiza e passa a perseguir.

Andréa de Souza Lobo relata as relações subjetivas em seu campo, na Boa Vista, Cabo Verde. No caso da autora, o exótico demonstra-se bastante familiar, a partir do momento em que ela resolve estudar as relações cotidianas nesse espaço social no qual se inseria como 'esposa de cabo-verdiano'. Dessa forma, ao desvelar os meandros das relações de reciprocidade locais, Andréa descobre-se compreendendo e relacionando-se como nativa.

No Timor Leste, Kelly Cristiane da Silva vivenciou experiências de campo junto à cúpula de poder local. Preocupada em compreender a reestruturação do Estado de Timor, Kelly relata como conseguiu adentrar nos espaços de poder, como a aproximação e a amizade interferem nos contatos com os informantes, como ser casada e estar com o marido em campo, e como conhecer a língua local e ser brasileira, interferiu no acesso às informações e nos deslocamentos por espaços importantes em seu campo. A autora também conta sobre o retorno ao Brasil e o estranhamento e falta que o campo fez, no momento consecutivo de seu trabalho, o da escrita e interpretação dos dados.

Outra autora que comenta sobre estar solitária e estar com o companheiro em campo é Daniela Cordovil. Ela ressalta seus encontros com a cidade de Cururupu, no Maranhão, e somos convidadas/os a adentrar no percurso de construção de um objeto de estudo. As idas e vindas de contato e reconhecimento com a pequena cidade também foram definitivas na formação da autora. A princípio estudante de música, Daniela é envolvida pelos sons e ritmos locais e, nesse trajeto, ela encontra-se com o reggae, a pajelança e o tambor de mina. O encontro aparentemente casual com informantes-chave e o entrecruzamento entre estudos teóricos e idas a campo são citados pela autora como decisivos para sua definição de trabalho: estudar os processos políticos subjacentes, tomando a prerrogativa de que há organização política nos meios populares. Conclui a autora que os 'acazos' são por excelência o material de análise etnográfica.

Diana Milstein apresenta-nos seu trabalho com escolas e seu lugar na formação política local, em uma localidade da Argentina. A autora depara-se com uma grande 'saia justa': percebe

que sua observação participante, dentro da escola, junto aos adultos, não revela as relações desta com a comunidade na qual está inserida. Dessa forma, a saída criativa encontrada demonstra-se bastante fértil e é contada no décimo capítulo do livro. Diana resolve montar um grupo de pesquisa com crianças entre 10 e 14 anos. As crianças que aceitam o convite fazem visitas à comunidade, entrevistam pessoas, tiram fotos. Através do olhar infantil, a autora descobre a importância da praça na comunidade, fato esse importante para a análise de seu objeto de estudo.

Outros 'acazos' ainda são relatados no livro. Patrícia de Araújo Brandão Couto nos revela seu encontro com o objeto de estudo de doutorado, em um momento de férias. Após defender sua dissertação de mestrado, a autora embarca para Itacaré, na Bahia, à espera de um reencontro idílico com praia e tranquilidade. Ao chegar e se deparar com fatos inusitados, como a disputa entre taxistas e carregadores em atendê-la, ainda na chegada no aeroporto local, Patrícia começa a questionar-se sobre as relações entre turismo e viagem. Acreditava ser uma viajante em um local pouco visitado, mas deparou-se com uma cidade voltada para o turismo, bastante urbanizada e deslocada de uma idéia de "paraíso tropical". Assim, a partir de suas próprias experiências de viajante, a autora inicia-se em um novo campo de estudo.

Finalmente, o último capítulo do livro traz o relato de campo de Isabel Santana de Rose, que nos fala do seu envolvimento com o Santo Daime, religião à qual se filia e que também resolve estudar. Assim é que Isabel nos abre seu caderno de campo e nos conta como foi sua experiência de ser "fardada" e ter deveres enquanto tal, e de estar vivendo em uma comunidade do Santo Daime também na qualidade de pesquisadora. As inter-relações entre estar dentro e estar fora, entre o familiar e o estranho são trazidas como elementos-chave para a análise posterior de seu campo.

Após estes 12 relatos, ainda somos convidadas/os a ler o posfácio de Cláudia Fonseca, professora de algumas das autoras do livro. Em forma de carta, Fonseca nos conta sobre sua admiração e seu envolvimento ao ler o manuscrito do livro, e nos brinda com algumas comparações e breves análises sobre os textos. Fala-nos de uma subjetividade que "não parece tanto a do homem solitário – eu contra os elementos – conquistando novos territórios, quanto a da mulher permanentemente embrenhada em suas diferentes redes de reciprocidade" (p. 358).

Também comenta sobre a relação entre o familiar e o estranho. A esse respeito, Fonseca diz que o único relato do livro que vem de um campo completamente estranho é o de Kelly, que trabalhou no Timor Leste.

Essas peculiaridades nos fazem pensar. Pensar sobre os impactos de nossas próprias pesquisas em nossa subjetividade. Uma viagem contrária: de volta a nós mesmas/os. Um reencontro interno e subjetivo, uma imersão necessária para que a volta às margens do rio seja coroada com o 'casamento' com o qual a Antropologia nos brinda: o da análise interpretativa do campo que está fora e dentro de nós mesmas/os. Esses encontros promovidos pelo livro terminaram por me auxiliar, particularmente, enquanto pesquisadora em formação. Quiçá auxilie, senão lance indagações às demais pessoas que o lerem. Sim, pois este é um dos

objetivos do fazer científico: revelar o outro – da alteridade – que, de alguma forma, pode haver em tantos outros, incitando o pensamento crítico.

#### Notas

<sup>1</sup> No Brasil, Roberto da Matta é o maior representante dessa problematização (DA MATTÁ, 1978).

<sup>2</sup> O livro não se propõe a ser um manual. Apesar disso, ele pode ser muito útil para antropólogas/os em formação, mesmo antes do processo de pós-graduação, como texto-base de metodologia em Antropologia.

#### Referência bibliográfica

DA MATTÁ, Roberto. "O ofício do etnólogo ou como ter 'Antropological Blues'". In: NUNES, Edson (Org.). *A aventura sociológica*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978. p. 23-35.

Karla Galvão Adrião ■

Universidade Federal de Santa Catarina

## A construção social do desejo para as Ciências Sociais

*Uma interpretação do desejo: ensaios sobre o estudo da sexualidade.*

GAGNON, John.

Rio de Janeiro: Garamond, 2006. 456 p.

John Gagnon é um sociólogo que marcou os estudos da sexualidade nas Ciências Sociais junto com seu companheiro de pesquisas William Simon através de um trabalho chamado *Sexual Conducts*, publicado originalmente em 1973 e ainda não traduzido para o português. Nessa obra, os autores lançam as bases para uma interpretação social das raízes do desejo sexual dos seres humanos. Eles desconstruem a idéia do desejo sexual como resultado de uma idiosincrasia individual das pessoas. Dessa maneira, vão contra a idéia salutar para a psicanálise sobre a elaboração do objeto de desejo sexual. Esse trabalho foi importante para os estudos em sexualidade a partir de seu

lançamento e para nomes importantes como Michel Bozon, Carole Vance, Gilbert Herdt, entre outros que, a partir de então, compartilharam essas idéias.

*Uma interpretação do desejo: ensaios sobre o estudo da sexualidade*, lançado no Brasil em 2006, é um apanhado de textos de diversos momentos da carreira do sociólogo. A obra vem, apesar do atraso – já que os primeiros textos fundamentais de sua carreira são de 1973 –, preencher uma lacuna importante nos estudos da sexualidade no Brasil.

O livro inicia-se com uma introdução bastante interessante do sociólogo Jeffrey Escoffier falando da importância do texto de Gagnon para as Ciências Sociais. Ele revela que Gagnon foi aquele que, com muita propriedade, se opôs ao caminho traçado anteriormente por Alfred Kinsey, famoso por seu relatório sobre a sexualidade humana. O autor revela que o livro faz parte de uma série de ensaios de textos que lhe permitem expandir seu pensamento sobre o assunto. Além disso, segundo Escoffier, com a epidemia da AIDS os textos de Gagnon ganharam ainda mais importância.

A obra de Gagnon, como é composta por um apanhado de textos de diversos momentos da sua vida acadêmica, segue uma seqüência

cronológica na qual é possível perceber as inquietações do autor com as recorrentes transformações da sexualidade no mundo contemporâneo e com os fenômenos que interferiram nessa sexualidade, como, por exemplo, o aparecimento da AIDS e a abertura maior para os relacionamentos homoafetivos.

Vale a pena, para compreender como Gagnon chegou à sua elaboração teórica, ler o "Prólogo", ao longo do qual ele remete suas influências intelectuais a nomes como Kenneth Burke, intelectual norte-americano que produziu nas áreas da Linguística, da Filosofia e da Sociologia, não muito conhecido entre os cientistas sociais no Brasil. Segundo Gagnon, esse foi um dos principais autores que o influenciaram a elaborar a sua teoria dos *roteiros sexuais*, certamente a mais importante teoria após o lançamento do relatório Kinsey.

O autor faz referências sobre a importância da apropriação que o senso comum faz da ciência para se entenderem os sentidos que as pessoas conferem à sexualidade. Seus argumentos são muito próximos aos que o psicólogo social romeno Serge Moscovici defende em seu texto clássico sobre a *Representação social da psicanálise*.<sup>1</sup> Mas Gagnon, em momento algum do seu texto, refere-se ao autor romeno. Talvez seja uma resistência do autor, que também critica a resistência dos pensadores europeus ao pensamento norte-americano, principalmente no campo das Ciências Sociais. Ele também traz argumentos que lembram o texto de Anthony Giddens sobre *As transformações da intimidade*.<sup>2</sup> Mas indubitavelmente a análise de Gagnon nesse primeiro capítulo tem muito mais suporte científico do que o texto do autor inglês. É interessante dizer que também o autor inglês em nenhum momento cita Gagnon em sua obra, mesmo sendo este autor considerado por muitos uma referência fundamental nos estudos da sexualidade a partir da década de 70. Assim, em determinados momentos tem-se a impressão de que os argumentos teóricos de Gagnon já foram lidos em outros textos de outros autores; mas, pela falta de diálogo entre os referidos autores, não é fácil precisar de quem são os argumentos originais.

No outro capítulo, intitulado "Os roteiros sexuais e a coordenação da conduta sexual" – texto publicado originalmente em 1974 –, Gagnon faz uma relação entre as abordagens sociológicas e psicológicas para a teoria da motivação. Para ele, a motivação nada mais é do que parte de adequação e de readequação social compartilhada dentro de contextos sociais.

Posteriormente, ele volta a criticar a visão psicanalítica de que toda a sexualidade se estrutura nas vivências da infância.

O autor explica, de forma clara, sua idéia sobre o que entende por *roteiros sexuais*. Para ele, os *roteiros sexuais* não se localizam como uma experiência concreta, mas sim como uma perspectiva de projetos ou mesmo de fantasias sexuais. Podemos identificar que o posicionamento do autor nessa época não é ainda tão sistematizado quanto nos seus textos de 1984, elaborados junto com Simon,<sup>3</sup> ou mesmo em seu texto de 1999, traduzido por Bozon e publicado nos *Actes de la recherche*.<sup>4</sup> Nestes últimos textos, o pensamento se mostra mais estruturado, e a compreensão sobre os *roteiros sexuais* é sistematizada para poder ser compreendida e utilizada no campo da pesquisa sobre sexualidade.

No capítulo "A ciência e a política da patologia", publicado originalmente em 1987, ele faz uma série de reflexões sobre as orientações sexuais. O autor define que as "preferências" são constituídas socialmente e que existe uma construção do desejo a partir do gênero, e não pelo sexo. O autor refere-se ao fato de que as pessoas consideram a homossexualidade resultado de algum tipo de trauma ou de problema individual, enquanto a heterossexualidade é vista como resultado natural dos processos de sexualização. Ele faz uma crítica severa sobre como a divulgação da ciência tem um papel importante na construção do preconceito e da discriminação no campo da sexualidade. Gagnon revela isso afirmando não compreender que a homossexualidade e a heterossexualidade sejam lados opostos, como originalmente a ciência da sexualidade afirmou através do relatório Kinsey.

A discussão de Gagnon está muito voltada, na primeira parte da obra, à ciência e ao papel do cientista na construção de estereótipos sobre os comportamentos. Não é à toa que ele se coloca de forma sistematicamente contrária a Ellis, Freud, Kinsey e a outros, pois, apesar de esses autores terem contribuído com a construção de novos conhecimentos, auxiliaram na elaboração de preconceito e de discriminação em relação a determinados grupos, principalmente contra mulheres e contra homossexuais.

Mas fica claro que a grande contribuição dessa obra lançada no Brasil são as discussões sobre o uso da teoria dos *roteiros sexuais* para explicar fenômenos importantes do ponto de vista da saúde pública, como, por exemplo, a epidemia de AIDS, uma vez que o autor deixa

presente, em toda a sua obra, a oposição que ele assume em relação às teorias que tomam a biologia como referência às explicações sobre a sexualidade. Em sua teoria sobre as motivações da sexualidade, estas são eminentemente sociais, e não há condicionamentos nem à biologia nem a determinações psíquicas. A sexualidade tem um sentido particular para determinados grupos de pessoas. Assim, não há comportamentos sexuais padrões sem se compreenderem os contextos nos quais eles são produzidos. Para o autor, a teoria dos roteiros se aplica a todas as condutas sociais, não somente à sexualidade.

Não fica presente, na obra de Gagnon, o que Ludwig Fleck, autor citado por ele, denomina de "comunidade de pensamento". O autor não desenvolve muito o conceito, que penso ser muito próximo ao que Peter Berger e Thomaz Luckmann chamaram de "construção social da realidade" em obra homônima publicada originalmente em 1966 e que já possui diversas edições no Brasil.<sup>5</sup> Vale dizer que as idéias tanto de Fleck quanto de Berger e Luckmann são muito próximas às que defende Gagnon, na medida em que, para este último, não é possível compreender um comportamento sexual sem conectá-lo devidamente ao contexto em que ele se insere. Portanto, o risco nada mais é do que uma condição na qual as pessoas estão mais ou menos envolvidas, dependendo das condições e da produção cultural existentes no interior dos grupos.

Mas a grande idéia que o livro apresenta em torno de todos os seus capítulos é a tese que deu popularidade acadêmica a Gagnon. Segundo o autor, os *roteiros sexuais* dão sentidos às experiências sexuais das pessoas. Assim, existem para ele, dentro de um universo social, formas preditivas de comportamento a partir de situações específicas. O autor descreve, de uma forma muito detalhada, suas concepções sobre o que compreende como os três níveis que compõem os *roteiros sexuais*: os níveis intrapsíquicos, os interpessoais e os cenários culturais.

No texto intitulado "A busca do desejo", de 1989, Gagnon inicia uma importante discussão para pesquisadores que estudam prevenção à AIDS, principalmente à medida que relata um momento histórico importante, que foi o final da década de 90, antes do desenvolvimento do chamado "coquetel". Naquele momento, as discussões estavam diretamente ligadas às perspectivas de infecção de pessoas. A ciência estava preocupada em saber quantas pessoas

ficariam infectadas no passar de alguns anos da epidemia. É interessante que, em seu texto, ainda estão presentes dúvidas quanto à vulnerabilidade do sexo heterossexual para o HIV. Não estava claro que o HIV iria disseminar-se entre os heterossexuais. Mas Gagnon revelava, já naquela época, que a epidemia da AIDS foi usada quase como uma cruzada por uma nova moral, principalmente entre as prostitutas, que eram testadas à revelia.

O autor discute o que Cristiana Bastos<sup>6</sup> já fez em seu livro *Ciência, poder, ação: as respostas à Sida: o impacto das políticas da ciência sobre a epidemia e sobre a pesquisa científica*. Gagnon elabora essa discussão de forma muito subliminar, porque o seu intuito está nas discussões mais atreladas ao comportamento das pessoas. O que Gagnon faz é uma referência ao problema da produção científica sobre a AIDS e às relações de interesse internacional sobre a discussão. Ele inclusive dá um exemplo dramático quando relata, de forma muito interessante, como participantes de um congresso pouco se sensibilizaram sobre o relato de uma queniana que havia começado a falar sobre a situação da AIDS entre mulheres na África. Impossível não se lembrar do filme de Fernando Meirelles intitulado *O jardineiro fiel*.<sup>7</sup>

O autor critica as interpretações que ele considera um "construcionismo social fraco" e que ele caracteriza quase como uma continuação do positivismo, enquanto define que o construcionismo social forte, defendido por ele, tem relação direta com um universo simbólico que, a todo tempo, está atravessando os sujeitos que definem o próprio objeto como científico.

Por último, ele elabora uma análise sobre a sua obra clássica publicada em 1973, *Sexual Conducts*. Nesse texto, publicado em 1998, ele responde a perguntas e relata em aceitar a afirmação de que as suas teorias tenham sido influenciadas pelo construcionismo social alemão de Berger e Luckmann e pela fenomenologia de Alfred Schutz, dizendo que sua obra tem a influência do pragmatismo norte-americano. O autor define que a idéia central sobre sua obra seminal tem respaldo em uma interpretação baseada nos estudos sobre as carreiras profissionais, o que é tipicamente característico de estudo da Escola de Chicago.

O autor, ao final do livro, revela que sua teoria é para ele, de alguma forma, sombria ou pessimista, visto que, segundo a mesma, as pessoas seguem a vida através de roteiros que fazem com que etapas aconteçam de formas sucessivas dentro de suas vidas.

O que fica, no final dessa obra, é um sentimento ambíguo. Nem se trata da sensação de que se está lendo algo completamente novo – porque as idéias de Gagnon já estão disseminadas no Brasil por outros autores como Richard Parker, Maria Luiza Heilborn e Michel Bozon –, nem de que as idéias dele não podem revolucionar as pesquisas em sexualidade – uma vez que traz idéias interessantes para quem nunca o leu em seus textos originais.

Apesar da importância desse livro, ainda assim é necessária a tradução de outros textos que dêem maior clareza sobre a teoria dos roteiros sexuais, uma vez que, como o livro aborda diversos momentos do autor, acaba sendo superficial sobre a principal contribuição de Gagnon no campo dos estudos em sexualidade. Sem dúvida, entretanto, esse livro é um bom começo para quem não conhece o trabalho de Gagnon.

#### Notas

<sup>1</sup> MOSCOVICI, 1978.

<sup>2</sup> GIDDENS, 1993.

<sup>3</sup> GAGNON e SIMON, 1984.

<sup>4</sup> GAGNON, 1999.

<sup>5</sup> BERGER e LUCKMANN, 2003.

<sup>6</sup> BASTOS, 2002.

<sup>7</sup> O filme é um drama que aborda a discussão dos testes de medicamentos em seres humanos na África e suas implicações políticas.

#### Referências bibliográficas

- BASTOS, Cristiana. *Ciência, poder, ação: as respostas à Sida*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2002.
- BERGER, Peter, L.; LUCKMANN, Thomas. *A construção social da realidade: tratado de sociologia do conhecimento*. 23 ed. Petrópolis: Vozes, 2003.
- GAGNON, John. H. "Les uses explicites et implicites de la perspective des scripts dans les recherches sur la sexualité". *Actes de la Recherche em Scienes Sociales*, n. 128, p. 73-79, juin 1999.
- GIDDENS, Anthony. *A transformação da intimidade: sexualidade, amor e erotismo nas sociedades*. 2 ed. São Paulo: Ed. da UNESP, 1993.
- MOSCOVICI, Serge. *A representação social da psicanálise*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.
- SIMON, William; GAGNON, John H. "Sexual Scripts". *Society*, n. 22, 1984. p. 53-60.

Leandro Castro Oltramari ■  
Universidade do Vale do Itajaí e  
Universidade do Sul de Santa Catarina

## Livros, religiosas e censura na América portuguesa

*Livros de devoção, atos de censura: ensaios de história do livro e da leitura na América portuguesa (1750–1821)*.

ALGRANTI, Leila Mezan.

São Paulo: Hucitec; Fapesp, 2004. 303 p.

Leila Mezan Algranti é livre-docente em História, professora da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Publicou seu trabalho de doutorado, *Honradas e devotas: mulheres da Colônia – estudo sobre a condição feminina através dos conventos e recolhimentos do Sudeste (1750–1822)*. Atua também no Núcleo de Estudos de Gênero Pagu, da UNICAMP.

O livro resenhado reúne ensaios sobre a leitura e a circulação das obras de devoção na América portuguesa da segunda metade do século XVIII e início do século XIX. Esses escritos foram agrupados em duas partes. A primeira parte, mais homogênea, contendo três capítulos, analisa o significado dos recolhimentos e conventos femininos na Metrópole e na Colônia, particularmente o processo de criação do primeiro recolhimento na cidade do Rio de Janeiro do século XVIII por Jacinta de São José. Já a segunda parte, compreendendo quatro capítulos, trata da censura aos livros instalada na Corte do Rio de Janeiro nos primeiros anos do século XIX.

A autora se propôs a refletir sobre alguns aspectos das práticas de leitura dos livros religiosos, bem como sobre o sistema de censura ao qual estavam submetidos. O pensamento de Robert Darnton, que introduz a obra, aponta a relação ativa dos livros sobre a história. Nos ane-

xos finais, há uma lista dos livros à espera de liberação na alfândega do Rio de Janeiro entre 1808 e 1821 para nos informar sobre os títulos em vias de circulação no Brasil dos primeiros anos do Oitocentos, como também para incentivar novas pesquisas sobre livros e leitura desse período.

Os capítulos produzidos para congressos apresentam considerações finais. O primeiro ensaio tem essa característica, compara os recolhimentos e conventos da Metrópole com seus similares na Colônia, e conclui que o mesmo tipo de vida e cultura religiosa floresceu nas instituições de reclusão tanto na Colônia quanto na Metrópole. Consta também uma tabela da lista dos conventos e recolhimentos femininos na América portuguesa criados nos séculos XVII e XVIII.

A seguir, no segundo ensaio é narrada a saga de madre Jacinta de São José para fundar o Recolhimento de Santa Teresa, enquanto o terceiro apresenta suas idéias e leituras. No epílogo, Algranti arremata que "Jacinta apresenta-se como uma típica representante da cultura religiosa barroca, quando os arroubos místicos das devotas eram freqüentes, especialmente nos claustros dos conventos" (p. 128).

A segunda parte examina os mecanismos da censura, sua implantação, objetivos e procedimentos. Analisa a censura do tempo de D. João VI, demonstrando sua incoerência, e investiga o impacto do pensamento ilustrado sobre os hábitos de leitura dos livros religiosos. Nessa parte, são utilizadas as listas de livros submetidos aos censores no século XIX e, para o século XVIII, o material da Real Mesa Censória e o estudo de Luís Carlos Villalta. A historiadora conclui que

A transferência da Corte para o Rio de Janeiro colaborou, portanto, para mudar o perfil do mercado livreiro e dos leitores, da mesma forma como agiu em relação a outros aspectos do comportamento, introduzindo novos hábitos alimentares, um modo de vestir mais apurado e o gosto pela vida com mais conforto" (p. 202).

A autora utiliza também de alguns procedimentos quantitativos, isto é, constrói três tabelas especificando a origem, a classificação dos livros em geral e dos livros religiosos, e um anexo com o nome dos livros religiosos à espera de liberação na alfândega.

Em *Leituras e leitores*, Algranti aproveita-se de um estudo de caso – quiçá fictício – em que o bispo D. José Joaquim da Cunha de Azevedo Coutinho discorre sobre o impedimento e anulação do casamento de Pedro e Maria da paróquia de Pernambuco, para apresentar duas formas diferentes de se ler um livro moral.

Por fim, ela traça o perfil dos censores e narra alguns acontecimentos dos bastidores do Desembargado do Paço, isto é, o ápice da carreira do Judiciário português, considerando que "foi possível acompanhar certa mudança nos hábitos de leitura dos colonos entre os séculos XVIII e XIX [...] por outro [lado,] ficaram evidentes a permanência e a continuidade, por mais de meio século, de certas práticas de censura do Estado português" (p. 256).

Apesar dos diversos ensaios com considerações finais e epílogo, restou para o leitor concluir a proposta inicial, isto é, de que forma esses livros fizeram história, conforme a sugestão de Darnton. Podemos estabelecer diversas relações: por exemplo, as leituras da Ilustração introduzidas no Brasil, apesar da censura, estavam substituindo as leituras da fé; ou o processo de ampliação da leitura no Brasil no século XIX estimulou a diversificação dos temas e dos títulos. Ou seja, a reunião dos ensaios possibilitou uma obra aberta.

A nosso ver, os ensaios apresentaram convincentemente a documentação e conclusões, no entanto, gostaríamos de alertar os historiadores, tão preocupados hoje com os anacronismos, sobre o uso do conceito "barroco" ligado à teoria da pura visibilidade no discurso historiográfico. Sobre os anacronismos na História da Arte, ler o artigo do professor João Adolfo Hansen.<sup>1</sup>

O livro introduz uma questão esquecida da história brasileira, as leituras e bibliotecas dos conventos, tema fundamental para a compreensão da história cultural e da arte da América portuguesa. Algranti voltou-se para esse assunto, após escrever sobre os recolhimentos femininos e perceber que as obras dos conventos e mosteiros constituíram as primeiras bibliotecas públicas destas terras. Seu texto dialoga com diferentes campos da História, tais como a religião, a cultura, a política, o gênero, contudo, visa a contribuir principalmente com os estudos da História do livro e da leitura. O livro deve agradar tanto aos especialistas quanto aos apreciadores da História do Brasil

#### Notas

<sup>1</sup> HANSEN, 2001.

#### Referência bibliográfica

HANSEN, João Adolfo. "Barroco, neobarroco e outras ruínas". *Teresa: Revista de Literatura Brasileira*, São Paulo, FFLCH-USP, n. 2, p. 10-66, 2001.

Maria Lucília Viveiros Araújo ■  
Faculdade de Economia, Administração e  
Contabilidade da USP

# Identidades em devir: um processo dinâmico, contínuo e inacabado

*Reinventing Identities: The Gendered Self in Discourse.*

BUCHOLTZ, Mary, LIANG, A. C., and SUTTON, Laurel, A.

New York: Oxford University Press, 1999. 431 p.

O livro *Reinventing Identities: The Gendered Self in Discourse*, organizado pelas autoras Mary Bucholtz, A. C. Liang e Laurel A. Sutton, é uma compilação de artigos sobre como identidades escolhidas e impostas são criadas, formatadas e alteradas através do tempo, lugares, falantes e contextos. Os 20 artigos, distribuídos em quatro partes, abordam identidade como um repertório de possibilidades, do qual os/as atores/as sociais lançam mão, dependendo da situação. "Identidade como invenção", "Identidade como ideologia", "Identidade como ingenuidade" e "Identidade como improvisação" abordam a temática de forma inter e transdisciplinar ao longo de 431 páginas. Os textos representam uma expansão da teoria feminista dos anos 70 e 80, pois já não tratam identidade de forma essencialista, desligada de atravessamentos constitutivos como raça, etnia, sexualidade, classe social, nacionalidade e outras dimensões sociais. A obra também desmistifica o uso de expressões generalizantes e unificadas como "uso da linguagem por mulheres", "cultura dominante", pois sustenta que as identidades são negociadas ativamente e não existentes *a priori*.

Bucholtz fala da relação difícil da teoria feminista com a linguagem e pesquisa de gênero. Isso se dá, em parte, pela nova visão de identidade que as pesquisas têm trazido. Não assumindo mais a identidade como uma categoria estática, mas como atividade semiótica, já não se pode falar em "grandes patriarcados opressores", por exemplo. O determinismo histórico das superestruturas (maquinarias sociais), que reivindica a idéia de sujeito tomado, fica, portanto, relativizado. A

negociação de identidades múltiplas oferece, nessa nova ótica, uma ruptura com a visão de categorias e poder hegemônicos. Butler, citada por Bucholtz, Liang e Sutton, localiza no corpo o estágio sobre o qual o gênero é representado, onde elementos do *self* são projetados e naturalizados ou não. O que passa a ser considerado é um balanço entre agência individual e desigualdades estruturais, fazendo com que vozes múltiplas e subversivas substituam passividade, opressão e silêncio por ação.

A idéia de "comunidades de prática"<sup>1</sup> revolucionou a pesquisa sobre linguagem e gênero. Essa nova perspectiva teórico-metodológica propiciou um olhar para as experiências localmente situadas. Nas comunidades, os/as participantes assumem uma variedade de identidades, cuja relevância varia de momento para momento. Um dos desafios para o/a pesquisador/a em comunidades de prática é observar como as pessoas se movem e agem, sem avaliações sobre o que é adequado ou não.

A primeira parte do livro, "Identity as Invention", das autoras Marcyliena Morgan, Kathleen Wood, Marjorie Faulstich Orellana, Lisa Capps e Sara Trechter, localiza os processos invisíveis de construção de identidades através do uso da linguagem, questionando a idéia de que identidades de gênero são inevitáveis, naturais e fixas. Seres sociais são, para as autoras, produzidos na interação, através de processos de resistência ou alinhamento. Esse processo é sempre dialógico, no sentido bakhtiniano, pois o "eu" é negociado através do "tu". Os artigos dessa parte do livro lançam um olhar suspeito para tudo aquilo que é inocentemente tomado como natural. A lista do que é considerado natural é quase infinita, abarcando fenômenos cognitivos, biológicos, psicológicos e ideológicos, que 'explicam' a 'natureza' do sujeito. A neurose, tão associada ao 'comportamento feminino' pode, por exemplo, ser reforçada linguisticamente pelas práticas circulares das famílias, uma vez que a palavra é tomada como ação. Da mesma forma, inúmeras características tomadas como 'naturais' em homens e mulheres são, na verdade, produzidas socialmente e reforçadas sistematicamente pela linguagem.



A segunda parte do livro "Identity as Ideology", de Jennifer Coates, Caitlin Hines, Laurel Sutton, Rebecca Dobkins e Keith Walters, explora a multiplicidade de meios utilizados para perpetuar e impor identidades através da linguagem. A ideologia é construtora de identidades, não se questiona, mas ela está em permanentes processos de mudança e revisão por indivíduos e grupos. As metáforas constituem um meio eficaz de naturalização de concepções através da língua. Dentre muitas, estão as que associam a mulher à comida, sempre cortada em pedaços ou fatias, que acabam por diminuir a mulher, negando-lhe a unidade e relegando-a a um objeto de satisfação do desejo do outro.

Apesar de se refutar essencialismos biológicos, é importante, porém, não esquecer que os indivíduos têm corpos. O corpo torna-se um espaço de inscrição da história, o que traz a perspectiva da linguagem como prática corporeificada. Segundo Bourdieu, o *habitus* é uma série de disposições que inclinam agentes a agir e reagir de determinadas formas. Essas disposições são adquiridas através do processo de socialização e representam os meios pelos quais o corpo atualiza a estrutura social internalizada e se orienta física e psicologicamente para o mundo.<sup>2</sup> É a natureza corporeificada de atitudes lingüísticas que explica variantes fonéticas e uso de expressões tidas como masculinas ou femininas, por exemplo. Como se vê, é o aspecto social incidindo sobre o biológico, o que torna problemática qualquer classificação identitária como natural.

O terceiro bloco da obra, "Identity as Ingenuity", das/os autoras/es Deborah Tannen, Patricia Sawin, William Leap, Norma Mendoza Denton e A. C. Liang, trata da linguagem no seu aspecto criativo e ambíguo, utilizada por categorias 'desviantes' dos padrões para evitar o confronto com categorias sociais estáveis. Isso inclui a escolha lexical em interações específicas entre gays e lésbicas, por exemplo, que querem ocultar sua identidade para se proteger da homofobia. Os agentes homossexuais trabalham dentro e contra ideologias culturais de identidade para construir uma identidade conscientemente escolhida. A ênfase aqui é, novamente, na identidade gay como processo de construção social, ao invés da exaltação ao essencialismo estático da homossexualidade.

É importante destacar que muitas pessoas incorrem na ingenuidade de localizar diferenças de gênero no indivíduo, ao invés de na relação entre indivíduos. É preciso atentar para o tipo de alinhamento que os/as falantes estão tendo;

como se posicionam em relação à situação e onde mulher e homem tendem a cair em padrões de comportamento. Dessa forma, a relação entre linguagem e gênero é mais bem entendida quando o foco de atenção é a situação, o evento. A interação é sempre atravessada por diversos fatores que se alteram, perturbam e interferem mutuamente, tais como classe social, escolaridade, autoridade, poder.

A quarta e última parte do livro, "Identity as Improvisation", de Rusty Barrett, Anna Livia, Mary Bucholtz, Colleen Cotter e Marjorie Goodwin, traz à tona os novos arranjos sociais que providenciam os significados para construir novas identidades. Identidade, ao invés de uma instância determinada, é algo construído e reificado continuamente. É importante ter em mente que a linguagem não é a única formadora de identidades, mas sistemas inteiros de atividades. As *drag queens*, por exemplo, ao se manifestarem, podem estar celebrando a dissolução das categorias de gênero. Sua linguagem é ambivalente, crítica e, às vezes, raivosa. Vários estilos indexicalizam uma identidade múltipla e política, que protesta contra a homofobia, racismo e todos os preconceitos contra os/as que não se enquadram na 'normalidade'.

Ao passo que algumas feministas condenam a performance das *drag queens* como misógena, teóricas defendem que elas tratam da subversão ou inversão de questões de gênero tradicionais. Teorias *queer*, também chamadas de teorias feministas pós-estruturalistas, glorificam a *drag* como uma força desconstrutiva altamente política, trabalhando para minar questões de gênero. Segundo essa teoria, as *drags* não debocham das mulheres, mas se vêem também lutando contra opressões de gênero, o que, por si, mereceria apoio das feministas e não desdém. Claro que não estamos, como em nenhuma outra parte, falando de identidades monolíticas, e por isso não podemos atribuir características unidimensionais às *drags*. Elas não são inerentemente subversivas ou misógenas. Há que se lembrar que as pessoas têm um "repertório de identidades" e que, em dado momento, é pinçada uma entre várias outras.

Refazendo o caminho da pesquisa em Linguagem e Gênero, podemos definir três estágios. Os anos 70 representaram a década da descoberta. Os anos 80, um período de crítica e correção do trabalho anterior. A década de 90, período conhecido como a "terceira onda", foi o período transformador, trazendo novas questões e áreas inexploradas. A partir da terceira

onda os significados são construídos localmente, ao invés de se acreditar em divisões globais de gênero. Olhar para as variações individuais e para além das categorias de gênero significa libertar as identidades do seu engessamento tradicional. Admitir identidades cheias de possibilidades pode também contribuir para que as pessoas comecem a explorar novas maneiras de se expressar no mundo. Isso, sem dúvida, é ousado, principalmente quando se aprendeu que as coisas são assim porque "Deus" ou a natureza quis e já vêm de tão longe que nem sequer se pensa na possibilidade de serem diferentes. Esse é o grande aspecto transgressor e libertador desse tipo de pesquisa. As verdades e as obviedades são 'convocadas a se justificar'; já não sustentam mais seu status de legitimidade.

Esse livro, por todos os aspectos citados, é altamente recomendado a todos que ousam refletir sobre a complexa questão da linguagem e formação das identidades. É, sem dúvida, uma

senda que pode trazer conflitos, revelações, grandes *insights*. Pode, sobretudo, proporcionar momentos ricos de pensar na identidade como uma possibilidade multifacetada. Binarismos simplistas, maniqueísmos ingênuos e expressões generalizantes não satisfarão mais, por certo, o/a leitor/a, depois dessa experiência de leitura.

#### Notas

<sup>1</sup> Etienne WENGER, 2004.

<sup>2</sup> Pierre BOURDIEU, 1977.

#### Referências bibliográficas

BOURDIEU, Pierre. "The Economics of Linguistic Exchanges." *Social Science Information*, v. 16, n. 6, 1977. p. 645-668.

WENGER, Etienne. *Communities of Practice: Learning, Meaning and Identity*. New York: Cambridge University Press, 2004.

Mariléia Sell ■

Universidade do Vale do Rio dos Sinos

## Mídia e gênero: olhares plurais

### *Gênero em discursos da mídia.*

FUNCK, Susana Bornéo; WIDHOLZER, Nara (Orgs.).

Florianópolis: Ed. Mulheres, 2005. 334 p.

Nessa obra as organizadoras Susana Bornéo Funck e Nara Widholzer, especialistas das Letras com trabalhos publicados e pesquisas recentes em andamento na área de gênero e mídia, trazem para o público questões relacionadas às representações discursivas, gênero e mídia. Num projeto interdisciplinar, conjugam textos de diferentes áreas como antropologia, história, ciência política, psicologia, jornalismo, educação e sociologia.

*Gênero em discursos da mídia* é um livro que surgiu na linha de pesquisa "Texto, discurso e relações sociais", do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Católica de Pelotas. As análises aqui reunidas centram-se em sua maioria em modelos teóricos da Antropologia e dos Estudos Culturais, bem como na Análise Crítica do Discurso (ACD), que se

fundamenta nas relações entre linguagem e sociedade, problematizando injustiças, opressões, desigualdades étnicas, socioeconômicas, políticas e culturais. Ao analisar os problemas e as mudanças através da linguagem, a ACD propõe a desconstrução dos textos, examinando os aspectos lingüísticos, imagéticos e socio-culturais. No conjunto da obra percebe-se a importância desses estudos, que têm suas bases solidamente firmadas na materialidade do discurso, porque se entende que o discurso mediático na sociedade contemporânea é também um lugar privilegiado de representação e, por outro lado, de contestações de práticas sociais naturalizadas.

Além de teóricos da ACD (Norman Fairclough, Caldas-Coulthard, Fortkamp e Teun Van Dijk), firmam-se posturas apoiadas em Teresa de Lauretis, que pensa gênero como representação e auto-representação, articulado à sexualidade. As relações de gênero são construídas a partir de tecnologias sociais como cinema, discursos, práticas da vida cotidiana, imagens, saberes, críticas, senso comum, artes. Também se referenciam as discussões de Judith Butler ao abordar gênero como uma categoria temporária e performativa, abrindo perspectiva para a desnaturalização das práticas de significação.

A obra também traz contribuições importantes ao inserir estudos de Donna Haraway no seu manifesto para os *cyborgs*, que são vistos como uma figura mista pós-moderna, como um tipo desmontado e remontado, incorporando assim a possibilidade de rompimento de barreiras naturalizantes. De Rosemary Hennessy utiliza-se a importância do discurso na contestação de práticas sociais através da leitura sintomática. Na visão das organizadoras da obra, esse tipo de leitura pode revelar a historicidade dos textos culturais e expor os arranjos sociais abusivos presentes na mídia. Então, para tornar visíveis os olhares sobre as relações de gênero nos discursos da mídia, a obra é dividida em quatro grandes seções: Publicidade, Revistas, Cinema e TV e Internet.


Na primeira seção, Nara Widholzer abre perspectivas para pensar a publicidade como pedagogia cultural e tecnologia de gênero. Advoga em um estudo comparado que os anúncios publicitários nas revistas *Cláudia* e *Seleções do Reader's Digest* não só oferecem mercadorias, mas também reforçam assimetrias sociais, de gênero e de transformação dos corpos de sujeitos em objeto. Edison Gastaldo discute as representações sociais e papéis de gênero nos anúncios publicitários, inovando nas análises empíricas dos dados imagéticos. Seu estudo centra-se nas relações sociais estabelecidas no interior da família brasileira a partir de 415 anúncios. Ana Lídia Bisol, ao abordar a publicidade no turismo, analisa imagens e elementos léxico-gramaticais relacionados ao gênero nas revistas *Playboy*, *Vip* e *Veja*. Ruth Sabat problematiza a (re)produção de significados de gênero e sexualidade relacionados à mídia através de anúncios de peças automotivas, cera e café. Nas análises dessa seção levam-se em conta a intertextualidade e a interdiscursividade, articulando textos lingüísticos com imagens, fontes, cores, efeitos hipnóticos e outros elementos. Os textos possuem afinidade ao entender que as tecnologias discursivas contribuem para a desigualdade nas relações sociais e de gênero.

Na seção Revistas, Carmen Rosa Caldas-Coulthard apresenta artigo sobre revistas femininas, atendo-se a *Maire Claire* e *Nova* ao analisar suas estruturas narrativas e suas ideologias contraditórias com relação às transgressões sexuais, sobretudo de mulheres casadas com maior poder aquisitivo e acima dos 30 anos. A autora relaciona os contextos europeu e brasileiro, as ideologias e as narrativas sexuais, para concluir que as políticas de gênero e de poder são abordadas superficialmente nessas revistas. Nilsson Sgarbieri analisa as revistas *Época*, *Isto É*

e *Veja* como fontes principais para discutir o reconhecimento da mulher na política através das personagens Marta Suplicy e Heloisa Helena e de ativistas mulheres do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. O autor entende que preconceitos são construídos com relação à mulher no espaço público, valorizando-se no senso comum mais os aspectos físicos, a feminilidade e a elegância. Fabiana de Amorim Marcello utiliza-se das revistas *Cara* e *Veja* para discutir os dispositivos construídos sobre maternidade e mulher, e corpo e sensualidade nas personagens Cássia Eller, Luciana Gimenez, Vera Fischer e Xuxa. Nucia Alexandra Silva de Oliveira lança um olhar crítico para a representação da beleza feminina nas páginas das revistas *O Cruzeiro*, *Claudia* e *Nova* nas décadas de 1960 e 1970. Para a autora, o disciplinamento dos hábitos e do corpo está relacionado à *contribuição* feminina para a *modernização* do país através da compra da beleza, incluindo-se nisso os cosméticos e absorventes.

Na seção Cinema e TV, o estudo de Sônia Weidner Maluf centra-se no filme *Tudo sobre a minha mãe*, do diretor espanhol Pedro Almodóvar. No filme o desejo e o sofrimento se cruzam, construindo uma trama que dissolve alguns princípios naturalizados sobre o corpo através da personagem Agrado. Miriam Adelman discute possibilidades de afirmação das mulheres como sujeito a partir dos filmes *Thelma e Louise* e *Fogo sagrado*. A autora apresenta alguns dos tropos comuns que fizeram e fazem parte da linguagem do cinema masculinizante e sugere subversões do cinema de mulheres. Rosa Maria Bueno Fischer aborda a questão da subjetividade feminina e da diferença no programa *Erótica*, da MTV, e no seriado *Mulher*, da Globo. Com base em teorias pós-estruturalistas e pós-colonialistas, a autora articula teorias sobre mídia, educação e gênero.

Na última seção, Jussara Pra e Telia Negrão abordam a Internet como um novo ambiente comunicativo e de empoderamento feminino para produzir mudanças no individual e no coletivo, especialmente na América Latina. Viviane M. Heberle analisa as interações do *Orkut* e do *Fotolog* como possivelmente democráticas ao prometer liberdade, emancipação e criação de identidades multigênero, mas que também podem ser opressivas para as mulheres, homossexuais e homens, pois os internautas trazem na linguagem suas expectativas e sistemas de valores. Para Heberle, os internautas, com seus clichês e frases estereotipadas, intensificam as noções do masculino e do feminino, e o assédio sexual é muitas vezes silenciado pelas mulheres.



---

A obra, no seu conjunto, desloca certezas ao introduzir novos temas, conceitos e reflexões específicas, atentando para formas de operação dos discursos aqui entendidos enquanto práticas instituintes e não apenas como reflexo. Novos rumos provocantes são expostos e propostos, abrindo espaços para novas e velhas inquietações temáticas, novas formas de

problematização e outros procedimentos metodológicos para a pesquisa sobre mídia, história das mulheres e relações de gênero.

Tânia Regina Zimmermann ■  
Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul e Universidade Federal de Santa Catarina